

PROJETO DE LEI Nº 010, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Juupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUPI, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, submete ao Poder Legislativo Municipal o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I
DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Juupi, o Regime de Previdência Complementar – RPC, a que se referem os § 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS aos servidores públicos titulares de cargos efetivos e membros de quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público do Município de Juupi a partir da data de início da vigência do RPC de que trata esta Lei, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º O Município de Juupi é o patrocinador do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, sendo representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que poderá delegar esta competência.

Parágrafo único. A representação de que trata o caput deste artigo compreende poderes para a celebração de convênio de adesão ou de contratos e suas alterações e para manifestação acerca da aprovação ou da alteração de plano de benefícios de que trata esta Lei e demais atos correlatos.

Art. 3º. O Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei terá vigência e será aplicado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos e membros de



isquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no
viço público a partir da data de:

I - publicação da autorização, pelo órgão fiscalizador de que trata a Lei
nplementar nº 109, de 29 de maio de 2001, do convênio de adesão do patrocinador
plano de benefícios previdenciário administrado pela entidade fechada de previdência
plementar; ou

II – início de vigência convencionada no contrato firmado com a entidade aberta
de previdência complementar.

Art. 4º. A partir do início de vigência do Regime de Previdência Complementar de
que trata esta Lei, independentemente da inscrição do servidor como participante no
plano de benefícios oferecido, aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo
RGPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, às aposentadorias e pensões a
serem concedidas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Juupi -
IPSEL aos segurados definidos no parágrafo único do art. 1º.

Art. 5º. Os servidores e membros definidos no parágrafo único do art. 1º desta
Lei que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do
Regime de Previdência Complementar poderão, mediante prévia e expressa opção,
aderir ao RPC, na forma a ser regulada por lei específica, no prazo máximo de 180 (cento
e oitenta) dias, contado da vigência do Regime de Previdência Complementar.

Parágrafo único. O exercício da opção a que se refere o caput deste artigo é
irrevogável e irretirável, devendo observar o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 6º. O Regime de Previdência Complementar de que trata o art. 1º será
oferecido por meio de adesão a plano de benefícios já existente.

CAPÍTULO II DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Seção I Das Linhas Gerais do Plano de Benefícios

Art. 7º. O plano de benefícios previdenciário estará descrito em regulamento,
observadas as disposições das pertinentes Leis Complementares, e dos normativos
decorrentes desses diplomas legais, e deverá ser oferecido, obrigatoriamente, a todos
os servidores e membros do Município de Juupi de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 8º. O Município de Juupi somente poderá ser patrocinador de plano de
benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, cujos benefícios
programados tenham seu valor permanentemente ajustado à reserva constituída em
favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o
resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados, resgatados e/ou portados e os
benefícios pagos.



§ 1º O plano de que trata o caput deste artigo deverá prever benefícios não gramados que:

I - assegurem pelo menos, os benefícios decorrentes dos eventos invalidez e te do participante; e

II – sejam estruturados unicamente com base em reserva acumulada em favor do participante.

§ 2º Na gestão dos benefícios de que trata o § 1º deste artigo, o plano de benefícios previdenciários poderá prever a contratação de cobertura de risco adicional junto à sociedade seguradora, desde que tenha custeio específico.

§ 3º O plano de que trata o caput deste artigo poderá prever cobertura de sobrevivência do assistido, desde que contratada junto à sociedade seguradora.

Seção II **Do Patrocinador**

Art. 9º. O Município de Juipi é o responsável pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao plano de benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei, no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento.

§ 1º As contribuições devidas pelo patrocinador deverão ser pagas, de forma centralizada, pelos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, e em hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições normais dos participantes.

§ 2º O Município de Juipi será considerado inadimplente em caso de descumprimento, por quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, de qualquer obrigação prevista no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento do plano de benefícios.

Art. 10. Sem prejuízo de responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estarão sujeitas à atualização e aos acréscimos, nos termos do regulamento do respectivo plano de benefícios.

Art. 11. Deverão estar previstas, expressamente, no contrato ou no convênio de adesão ao plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, cláusulas que estabeleçam no mínimo:

I - a não existência de solidariedade do Ente Federativo, enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores; instituidores, averbadores; planos de benefícios e entidade de previdência complementar;





II – os prazos de cumprimento das obrigações pelo patrocinador e das sanções vistas para os casos de atraso no envio de informações cadastrais de participantes e istidos, de pagamento ou do repasse das contribuições;

III – que o valor correspondente à atualização monetária e aos juros suportados o patrocinador por atraso de pagamento ou de repasse de contribuições será revertido nta individual do participante a que se referir a contribuição em atraso;

IV – eventual valor de aporte financeiro, a título de adiantamento de contribuições, a ser realizado pelo Ente Federativo;

V – as diretrizes com relação às condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciário;

VI – o compromisso da entidade de previdência complementar de informar a todos os patrocinadores vinculados ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador em prazo superior a noventa dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer obrigações, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

0

Seção III Dos Participantes

Art. 12. Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios todos os servidores e membros do Município de Jupi.

Art. 13. Poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante que:

I – esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II – esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer dos entes da federação;

III – optar pelo benefício proporcional diferido ou auto patrocínio, na forma do regulamento do plano de benefícios.

§ 1º O regulamento do plano de benefícios disciplinará as regras para a manutenção do custeio do plano de benefícios, observada a legislação aplicável.

§ 2º Havendo cessão com ônus para o cessionário subsiste a responsabilidade do patrocinador em recolher junto ao cessionário e repassar a contribuição ao plano de benefícios, nos mesmos níveis e condições que seriam devidos pelo patrocinador, na forma definida no regulamento do respectivo plano.

§ 3º Havendo cessão com ônus para o cedente, o patrocinador arcará com a sua contribuição ao plano de benefícios.





§ 4º O patrocinador arcará com a sua contribuição, somente, quando o stamento ou a licença do cargo efetivo se der sem prejuízo do recebimento da luneração.

Art. 14. Os servidores e membros referidos no art. 3º desta Lei, com remuneração eior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de vidência Social, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de benefícios de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§ 1º É facultado aos servidores e membros referidos no caput deste artigo manifestarem a ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios patrocinado pelo (Ente), sendo seu silêncio ou inércia, no prazo de noventa dias após sua inscrição automática na forma do caput deste artigo, reconhecida como aceitação tácita à inscrição.

§ 2º Na hipótese de a manifestação de que trata o § 1º deste artigo ocorrer no prazo de até noventa dias da data da inscrição automática, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de anulação atualizadas monetariamente nos termos do regulamento.

§ 3º A anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo e a restituição prevista no §2º deste artigo não constituem resgate.

§ 4º No caso de anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo, a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.

§ 5º Sem prejuízo ao prazo para manifestação da ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios, fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

Seção IV Das Contribuições

Art. 15. As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a base de cálculo das contribuições ao RPPS estabelecidas na Lei Complementar nº 013/2018, que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A alíquota da contribuição do participante será por ele definida, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios ou no contrato.

§ 2º Os participantes poderão realizar contribuições facultativas, de caráter voluntário, sem contrapartida do Patrocinador, na forma do regulamento do plano de benefícios ou contrato.

Art. 16. O patrocinador somente se responsabilizará por realizar contribuições em trapartida às contribuições normais dos participantes que atendam, comitantemente, às seguintes condições:

I - sejam segurados do RPPS, na forma prevista no art. 1º ou art. 5º desta Lei; e

II - recebam subsídios ou remuneração que exceda o limite máximo a que se refere o art. 4º desta Lei, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A contribuição do patrocinador será paritária à do participante, observadas as condições previstas no § 1º deste artigo e no disposto no regulamento do plano de benefícios ou no contrato, e não poderá exceder ao percentual de 14% (quatorze por cento), sobre a parcela que exceder o limite máximo a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Lei.

§ 2º Os participantes que não se enquadrem nas condições previstas no caput deste artigo não terão direito à contrapartida do Patrocinador.

§ 3º Sem prejuízo ao disposto no caput deste artigo, o Patrocinador deverá realizar o repasse das contribuições descontadas diretamente da remuneração ou subsídio dos participantes a ele vinculados, inclusive daqueles que, embora não enquadrados no inciso II deste artigo, estejam inscritos no plano de benefícios.

§ 4º Sem prejuízo às demais penalidades e responsabilidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estarão sujeitas à atualização monetária e consectários de mora estabelecidos no Convênio ou Contrato, regulamento e plano de custeio do respectivo plano de benefícios, ficando o Patrocinador desde já autorizado a adotar as providências necessárias para o regular adimplemento de suas obrigações junto ao plano de benefícios.

Art. 17. A entidade de previdência complementar administradora do plano de benefícios manterá controle individual das reservas constituídas em nome do participante e registro das contribuições deste e das dos patrocinadores.

CAPÍTULO III **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 18. As nomeações de novos servidores titulares de cargo efetivo do Município de Jupi que possuam o subsídio ou a remuneração do cargo acima dos valores do limite máximo estabelecido para os benefícios de aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, ficam condicionadas ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar previsto na forma do art. 3º desta Lei, ressalvadas as nomeações das áreas de educação, saúde e segurança.





Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a promover aporte inicial para atender despesas decorrentes da adesão ou da instituição do plano de benefício previdenciário de que trata esta Lei

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Jupi, 20 de outubro de 2021



ANTÔNIO MARCOS PATRIOTA
PREFEITO



ATA

16ª Reunião Ordinária
2º Período Legislativo


Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, na Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, com as presenças dos 08 (oito) vereadores: **Paulo César Cordeiro Vilela, Lêdson Lins de Oliveira, Luiz Ricardo dos Santos Souza, Maria Joselma Alves Borges Santos, Dielson Miguel Vieira, Antônio Liberato Sobrinho, Rezilda Maria Cavalcante Ferreira e Fábio Júnior Teixeira.** Ausente o Secretário **Antônio Pedro da Silva** (com justificativa). O Sr. Presidente inicia a reunião às 12:25h e informa que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Rádio Líder FM/ 87.9 de Jupi e pelo Facebook. Convida o vereador **Luiz Ricardo** para compor a Mesa Diretora ocupando o cargo Secretário Interino. Faz-se a leitura da Ata da reunião anterior que foi posta em votação, sendo **aprovada** por unanimidade. Todos já tendo conhecimento da **Emenda Modificativa nº. 003/2021**, de autoria da Comissão Permanente de Redação, que "Modifica-se o Artigo 4º. do Projeto de Lei nº. 010/2021", do Executivo Municipal, a mesma foi posta em votação, sendo **aprovada** por unanimidade em segunda votação. Todos já tendo conhecimento do **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Executivo Municipal, que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar e dá outras providências", o mesmo foi posto em votação, sendo **aprovado** por unanimidade em segunda votação. **TRAMITAÇÃO DAS MATÉRIAS:** - Projetos de Lei nº. 008 (PPA) e 009/2021 (LOA), do Executivo Municipal. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente encerrou o **Primeiro Expediente.** Inicia-se o **Segundo Expediente:** Não




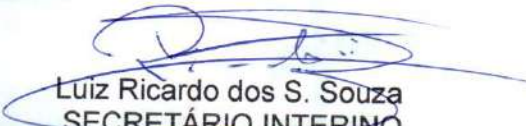


CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI
Casa Zylmiro Guilherme

havendo nada a tratar e nenhum vereador inscrito para fazer uso da palavra, o Sr. Presidente fez suas considerações finais e declarou encerrada a Sessão às 12:37h, marcando a próxima reunião para o dia 24 do mês e ano em curso, às 15hs, no mesmo local de costume. Do que para constar, eu, Paulo Henrique Dantas Barreto, Secretário "Ad' hoc", lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Mesa Diretora desta Casa Legislativa. Jupi/PE, em 11 de novembro de 2021.


Paulo César Cordeiro Vilela
PRESIDENTE


Lédson Lins de Oliveira
VICE-PRESIDENTE


Luiz Ricardo dos S. Souza
SECRETÁRIO INTERINO





COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

ATA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala das Comissões no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, às 08:25h da manhã, reuniram-se os membros da aludida comissão, com a finalidade de discussão e posterior, emissão de Parecer relativo ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Executivo Municipal, que "**Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências**". Estando presentes todos os membros desta Comissão, foi declarada aberta a sessão onde os vereadores passaram a análise do citado Projeto, para emissão do necessário Parecer pelo Relator, que fará parte do mesmo. Assim sendo, todos os membros estando de acordo com as especificações nele contidas, verificando que está tecnicamente correto, decidem optar pela **aprovação** do mencionado Projeto. E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 09:10h. Do que para constar foi lavrada a presente ata para fins de registro em livro próprio desta Comissão, para que se produzam os devidos e legais efeitos perante a Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, em 10 de novembro de 2021.


Lédson Lins de Oliveira

PRESIDENTE


Antônio Pedro da Silva

RELATOR


Antônio Liberato Sobrinho

VOGAL





COMISSÃO PERMANENTE DE REDAÇÃO

ATA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala das Comissões no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, às 09:23h da manhã, reuniram-se os membros da aludida comissão, com a finalidade de discussão e posterior, emissão de Parecer relativo ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Executivo Municipal, que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências". Estando presentes todos os membros desta Comissão, foi declarada aberta a sessão onde os vereadores passaram a análise do citado Projeto, para emissão do necessário Parecer pelo Relator, que fará parte do mesmo. Assim sendo, todos os membros estando de acordo com as especificações nele contidas, verificando que está tecnicamente correto, decidem optar pela **aprovação** do mencionado Projeto. E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 10:07h. Do que para constar foi lavrada a presente ata para fins de registro em livro próprio desta Comissão, para que se produzam os devidos e legais efeitos perante a Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, em 10 de novembro de 2021.


Fábio Júnior Teixeira
PRESIDENTE


Maria Josema Alves Borges Santos
RELATORA


Dielson Miguel Vieira
VOGAL




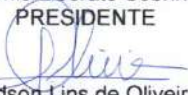


COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ATA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala das Comissões no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi/PE, às 10:16h da manhã, reuniram-se os membros da aludida comissão, com a finalidade de discussão e posterior, emissão de Parecer relativo ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Executivo Municipal, que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar, e dá outras providências". Estando presentes todos os membros desta Comissão, foi declarada aberta a sessão onde os vereadores passaram a análise do citado Projeto, para emissão do necessário Parecer pelo Relator, que fará parte do mesmo. Assim sendo, todos os membros estando de acordo com as especificações nele contidas, verificando que está tecnicamente correto, decidem optar pela **aprovação** do mencionado Projeto. E, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 11:05h. Do que para constar foi lavrada a presente ata para fins de registro em livro próprio desta Comissão, para que se produzam os devidos e legais efeitos perante a Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, em 10 de novembro de 2021.


Antônio Liberato Sobrinho
PRESIDENTE


Lédson Lins de Oliveira
RELATOR


Fábio Junior Teixeira
VOGAL





CÂMARA MUNICIPAL DE JUPI
Protocolo: 2111491-5 - Data: 11/11/2021
Remetente: CÂMARA
Documento: EMENDA Nº: 003/2021
Natureza: EMENDA
Chave de validação: CA70BD

EMENDA MODIFICATIVA Nº. 003/2021

A Comissão de Redação que este subscreve, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere e de conformidade com o que determina a Lei Orgânica Municipal, submete à APRECIÇÃO do Plenário a seguinte EMENDA:

Art. 1º - Nos termos do Artigo 110 (cento e dez) do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jupi-PE, modifica-se o **Artigo 4º**, do Projeto de Lei nº 010/2021, do Executivo Municipal, que tem como Ementa: Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - A partir do início de vigência do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, independentemente da inscrição do servidor como participante no plano de benefícios oferecido, aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jupi - IPSJ aos segurados definidos no parágrafo único do art. 1º.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Marcos Expedito Viana, em 11 de novembro de 2021.

Justificativa:

Foi identificado que houve um erro de digitação na sigla **IPSJ** no Artigo 4º do citado Projeto, onde constava da seguinte maneira: **IPSEL**.

Fábio Júnior Teixeira - Presidente

Maria Joséma Alves Borges Santos
Maria Joséma Alves Borges Santos - Relatora

Dilson Miguel Vieira
Dilson Miguel Vieira - Vogal





COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Legislação e Justiça, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Executivo Municipal, que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar, e dá outras providências".

RELATÓRIO

No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado projeto.

VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado **PROJETO**, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão pela qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 10 de novembro de 2021.


Lédson Lins de Oliveira (F)
PRESIDENTE


Antônio Pedro da Silva (F)
RELATOR


Antônio Liberato Sobrinho (F)
VOGAL

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário





COMISSÃO DE REDAÇÃO

A Comissão de Redação, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Lei nº. 010/2021**, do Executivo Municipal, que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências".

RELATÓRIO

No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado projeto.

VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado **PROJETO**, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão pela qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 10 de novembro de 2021.

Fábio Júnior Teixeira (F)

PRESIDENTE

Maria Josema Alves Santos (F)

RELATORA

Dielson Miguel Vieira (F)

VOGAL

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento, hoje se reúne para apreciação ao Projeto de Lei nº. 010/2021, do Executivo Municipal, que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências".

RELATÓRIO

No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado projeto.


VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado **PROJETO**, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão pela qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 10 de novembro de 2021.


Antônio Liberato Sobrinho (F)
PRESIDENTE


Lédson Lins de Oliveira (F)
RELATOR


Fábio Júnior Teixeira (F)
VOGAL

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI
Casa Zulmíro Guilherme



OFÍCIO CIRCULAR Nº. 011/2021

Jupi, em 03 de novembro de 2021.

Senhores(as) Presidentes,

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando em anexo, para a devida análise e se necessário emissão de **Parecer**, em conformidade com as normas regimentais, cópia do **Projetos de Lei nº. 010/2021**, oriundos do Poder Executivo Municipal, que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências".

Sendo o que apresentamos para o momento, renovamos protestos de elevado apreço e distintas considerações.

Atenciosamente,


Paulo César Cordeiro Vilela
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE JUPI
Protocolo: 2111447-5 - Data: 03/11/2021
Remetente: CÂMARA
Documento: OFÍCIO Nº: 011/2021
Natureza: Ofício
Chave de validação: J28YUX

Ilmos(as). Presidentes
Comissões Permanentes da Câmara Municipal
Jupi – PE.



J SAD Nº 169/2021

Jupi-PE, 03 de novembro de 2021

Ao
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CAMARA DE VEREADORES DE JUPI
CASA ZULMIRO GUILHERME

Ilmº. Presidente da Câmara Municipal,
Sr. Paulo Cesar Cordeiro Vilela

Sirvo-me do presente para cumprimenta-lo cordialmente e, encaminhar a esse egrégio poder Legislativo o PROJETO DE LEI Nº 010/2021, que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art.40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar e das outras providências.

Certo do pronto atendimento renovo préstimos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Reginaldo Liberato de Oliveira
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE JUPI
Protocolo: 2111448-5 - Data: 04/11/2021
Remetente: Prefeitura Municipal de Jupi-PE
Documento: OFÍCIO Nº: 165/2021
Natureza: Ofício
Chave de validação: DQ7NQE



RESUMO DA VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº. 010/2021

EMENTA: Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Jupi; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências.

Autoria do Executivo Municipal

REUNIÃO DA VOTAÇÃO: 16ª Reunião Ordinária 2º Período Legislativo.

DATA: 11/11/2021

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

Aprovado por unanimidade.